



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO

Concurso Público N.º 02/2025

Edital N.º 01/2025

Caderno de Provas

ATENÇÃO: SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

ANALISTA EM CONTROLE INTERNO ADMINISTRATIVO

PROVA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Matemática	11 a 15
Conhecimentos Gerais	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 40

INSTRUÇÕES GERAIS

- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro caderno de provas ao fiscal de sala.
- Este caderno contém as provas objetivas, com 40 questões que apresentam quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta.
- Responda as questões no caderno de provas e marque, no Cartão-Resposta, as letras correspondentes às respostas assinaladas no caderno de provas.
- No cartão, as respostas devem ser marcadas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, dentro dos seus limites e sem rasuras.
- O Cartão-Resposta da prova objetiva é personalizado e não haverá substituição, em caso de erro. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se houver erros, notifique o fiscal de sala.
- O tempo de duração das provas é de 3 horas, a partir do sinal de início, já incluídos nesse tempo a abertura do pacote de provas, a distribuição do material, a leitura dos avisos e a marcação do Cartão-Resposta.
- Você deverá permanecer na sala por, no mínimo, 1 hora após o início das provas e só poderá levar este caderno durante os últimos 30 minutos que antecedem o final estipulado para a prova.
- Reserve, no mínimo, os 20 minutos finais para o preenchimento do Cartão-Resposta. Não será concedido tempo adicional para completar o seu preenchimento.
- Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de provas e serão liberados, apenas, após o último candidato entregar o seu cartão resposta e os três assinarem o relatório de sala.
- Ao terminar, devolva ao aplicador, separadamente, o Caderno de Provas e o Cartão-Resposta.



FUNDAÇÃO AROEIRA

TEXTO 01

Calar, responder no mesmo tom ou revelar as coisas pequenas?

Fim das festas, enfim. Imagino que seus encontros com a família, colegas e comidas fartas tenham feito emergir o tema do autocontrole. Exemplo: ouvir coisas difíceis e não responder imediatamente pelo bem da harmonia do lar e do emprego. Ver muita comida e bebida e ingerir só o suficiente. Driblar o cansaço do final do ano (...). Continuar “fazendo social” além do momento de esgotar a bateria familiar.(...) Avançar com a vida sem deixar vítimas pelo caminho e sempre pensando que o cadáver simbólico pode ser você. (...) Basicamente, isso dominou o final de ano de muitos.

Autocontrole é louvado pela Bíblia. () No Novo Testamento, são exaltados os pacificadores, os mansos e humildes de coração, virtudes identificadas no Sermão da Montanha de Mateus. (...) Perdoe agressores como Jesus pendurado ao madeiro. Afinal, eles “não sabem o que fazem”.() Ao encontrar alguém abalado e instável, você é desafiado a responder se a paz lhe pertence ou não. Se ela for do outro, ele a toma; se sua permanece. Para os tipos coléricos, exiba sua paz inabalável. Controlar-se é ser livre. (...) Você se arrepende se sua boca ou seu corpo acompanharem a explosão negativa que a situação causou em você. Você tem emprego e casamento porque aprendeu a se calar. A arte de engolir sapos é pura estratégia. Vivemos outro momento cultural. Bons psicólogos recomendam que você se expresse sobre aquilo que lhe agride. (...) Muita gente se orgulha de ter redescoberto a lei do Talião e de se vingar a partir de olho por olho, dente por dente. (...) Viramos pessoas que consideram o silêncio como uma capitulação.

Calar sempre? Responder no mesmo tom? Não tenho uma resposta clara, pois já me arrependi de calar e de gritar. Eu darei uma solução subjetiva: revelar a maioria das coisas pequenas. (...) Boa postura costuma ser muito forte como argumento. Como saber a diferença? Complexo, mas possível. Permita-se alguns segundos de reflexão antes de reagir. Treine, especialmente antes de um evento desafiador. (...) Acho que isso pode ajudar a tornar 2026 mais sábio, sem epiderme ao vento e sem couro de jacaré. Lembrando o peso da metáfora: jacarés têm o ventre macio e o mantêm sob a água, escondido; possuem a couraça superior quase impenetrável e a exibem ao mundo. Segundo a crença popular, “em rio com piranhas, jacaré nada de costas”. Tenho a esperança de aprender a viver em nado de peito, costas e borboleta, dependendo da fauna da água. Bom 2026 para mamíferos fofos e répteis astutos.

(<https://www.estadao.com.br/cultura/leandro/karnal/calar-responder-no-mesmo-tom-ou-revelar-as-coisas-pequenas/texto> adaptado. Acesso em 03 fev. 2026).

QUESTÃO 01

Considere a leitura integral do texto “Calar, responder no mesmo tom ou revelar as coisas pequenas?” e analise as afirmações a seguir sobre ele:

- I. Enquanto gênero textual, o texto caracteriza-se como artigo de opinião.
- II. A estrutura composicional desse texto tem um tom persuasivo, injuntivo.
- III. Predomina no texto o nível de linguagem padrão da língua portuguesa.
- IV. O autor usa argumentos controversos para defender uma posição sobre o tema.

Marque a alternativa correta:

- A () I e II apenas.
- B () I, II e III apenas.
- C () II, III e IV apenas.
- D () I, II, III e IV.

QUESTÃO 02

Leia, atentamente, o texto, considere os elementos de comunicação enfatizados na sua construção e marque a alternativa que apresenta as funções de linguagem predominantes nele:

- A () conativa, poética, referencial, fática.
- B () fática, poética, informativa, apelativa.
- C () metalinguística, denotativa, emotiva, fática.
- D () apelativa, expressiva, referencial, metalinguística.

QUESTÃO 03

Observe o fragmento: “(...) Sua paz lhe pertence”. Sobre a regência do verbo “pertence”, neste contexto, marque a alternativa correta:

- A () intransitivo.
- B () bitransitivo.
- C () transitivo direto.
- D () transitivo indireto.

QUESTÃO 04

Considere a frase: “O jantar estava ótimo”. Marque a alternativa que apresenta o processo de formação da palavra “jantar” nesse contexto:

- A () derivação imprópria.
- B () derivação prefixal.
- C () derivação sufixal.
- D () derivação regressiva.

QUESTÃO 05

Considere a palavra “harmonia” e marque a alternativa que apresenta o número de letras e o número de fonemas na sua formação:

- A () 8 letras e 8 fonemas.
- B () 8 letras e 6 fonemas.
- C () 8 letras e 5 fonemas.
- D () 8 letras e 7 fonemas.

QUESTÃO 06

Analise as palavras abaixo e marque a alternativa que apresentar um tritongo, um ditongo crescente, um ditongo decrescente e um hiato respectivamente:

- A () quaisquer, família, cordeiro, magoado.
- B () macio, fauna, superior, pessoas.
- C () porque, estratégia, sua, coisas.
- D () baixar, coração, Mateus, suficiente.

QUESTÃO 07

Observe as alternativas e marque aquela na qual todas as palavras são acentuadas pela mesma regra de acentuação gráfica:

- A () répteis, cadáver, possível, saúde.
- B () impenetrável, jacaré, Bíblia, além.
- C () vulnerável, instável, possível, inabalável.
- D () inabalável, metáfora, está, difíceis.

QUESTÃO 08

Considere a oração: “Eu darei uma solução subjetiva”.

Marque a alternativa que apresenta a classe gramatical das palavras nessa oração respectivamente:

- A () pronome, verbo, artigo, substantivo, adjetivo.
- B () conjunção, verbo, numeral, substantivo, advérbio.
- C () pronome, verbo, conjunção, substantivo, advérbio.
- D () conjunção, advérbio, numeral, substantivo, advérbio.

QUESTÃO 09

Analise o fragmento: “Basicamente, isso dominou o final do ano de muitos”. Os vocábulos “basicamente” e “isso”, nesse contexto, exercem a função sintática de:

- A () aposto, pronome possessivo.
- B () vocativo, pronome possessivo.
- C () advérbio, pronome demonstrativo.
- D () aposto, pronome pessoal.

QUESTÃO 10

Considere o título do texto: “Calar, responder no mesmo tom ou revelar as coisas pequenas?” Esse título é formado por um período constituído por três orações. A última oração liga-se à segunda por meio da conjunção “ou”. Marque a alternativa que apresenta a ideia que essa conjunção estabelece entre as demais orações:

- A () conformidade.
- B () alternância.
- C () oposição.
- D () conclusão.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 11

Sabendo que $4^x + 4^{-x} = 5$ então $2 \cdot (16^x + 16^{-x})$ é igual a?

- A () 13.
- B () 23.
- C () 46.
- D () 56.

QUESTÃO 12

A fração $156/455$ é equivalente a fração irredutível A/B , qual é o valor de $B - A$?

- A () 23.
- B () 13.
- C () 17.
- D () 19.

QUESTÃO 13

Considere a equação $9x^2 - Ax + 20 = 0$, se a soma dos inversos das raízes é $63/20$, então A é um número múltiplo de?

- A () 5.
- B () 6.
- C () 9.
- D () 11.

QUESTÃO 14

Se a média geométrica e aritmética de três números são iguais, sabendo que o produto desses três números é 216, qual o valor de sua soma?

- A () 5.
- B () 15.
- C () 18.
- D () 21.

QUESTÃO 15

Qual o valor aplicado hoje para se obter o montante de R\$ 1.320.000,00, daqui a 8 meses, a uma taxa de juros simples de 4% ao mês?

- A () 132.000.
- B () 100.000.
- C () 1.320.000.
- D () 1.000.000.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 16

A Lei Orgânica do Município é a norma fundamental que organiza a vida política, administrativa e jurídica de cada município brasileiro. Funciona como uma espécie de “constituição municipal”

A Lei Orgânica do Município de Catalão reconhece funções comuns entre Município, Estado e União.

- I. Proteger o meio ambiente e combater a poluição é competência comum.
- II. A proteção de documentos culturais é competência exclusivamente municipal.
- III. Combater a pobreza e integrar socialmente setores desfavorecidos é competência comum.
- IV. Cuidar da saúde e assistência pública é competência comum.

Marque a alternativa que contém a sequência correta, considerando a veracidade (V) ou falsidade (F) das afirmações acima.

- A () V - F - V - F.
- B () F - V - F - V.
- C () V - F - V - V.
- D () F - F - V - V.

QUESTÃO 17

O Estatuto dos servidores do município disciplina, entre outros temas, as regras de férias.

Qual das afirmações a seguir está correta?

- A () O servidor faz jus a 30 dias consecutivos de férias anuais, não acumuláveis em dois períodos.
- B () O servidor pode acumular livremente férias por cinco anos.
- C () O servidor não tem direito a acréscimo de 1/3 na remuneração das férias.
- D () Não existe exigência de período aquisitivo para o primeiro gozo.

QUESTÃO 18

Em relação à história de Goiás, julgue as afirmações a seguir:

- I. A Cidade de Goiás é reconhecida por seu patrimônio histórico e cultural.
- II. Manifestações culturais goianas têm relação com heranças indígenas, africanas e europeias.
- III. O patrimônio cultural do Estado de Goiás é exclusivamente barroco e não possui vínculos coloniais.
- IV. A preservação do patrimônio é tema associado à memória social e identidade regional.

Marque a alternativa que contém a sequência correta, considerando a veracidade (V) ou falsidade (F) das afirmações acima.

- A () V - F - V - F.
- B () V - V - F - V.
- C () V - F - F - V.
- D () V - V - V - V.

QUESTÃO 19

Considerando as informações disponíveis na página oficial do município, na Internet, www.catalao.go.gov.br, especialmente, no trecho em que a Prefeitura menciona a bandeira comandada por Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera), analise as afirmações a seguir:

- I. O texto cita a travessia do Rio Paranaíba pela bandeira de Anhanguera.
- II. A bandeira abriu o Porto Velho, apontado como atual Porto do Lalau.
- III. Segundo o texto, Anhanguera deixou uma base de apoio e plantações em Catalão antes de seguir para a região onde fundou a cidade de Goiás, em 1722.
- IV. O texto relata que foi deixado um barco na margem direita do Ribeirão Ouvidor.

Marque a alternativa que contém a sequência correta, considerando a veracidade (V) ou falsidade (F) das afirmações acima.

- A () V - V - V - F.
- B () F - V - F - V.
- C () V - V - F - V.
- D () V - V - V - V.

QUESTÃO 20

Leia as afirmações a seguir, considerando o Panorama do IBGE sobre o município de Catalão, encontrado em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama>:

I. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é menor do que a de todos os municípios da região geográfica imediata.

II. As internações pelo SUS, devido a diarreias são de 51,3 para cada 1.000 habitantes.

III. No que diz respeito aos índices dos itens I e II, comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 140 de 246 e 92 de 246, respectivamente.

IV. O município apresenta um índice maior do que 15 óbitos por mil nascidos vivos.

Considerando os dados de saúde, qual(is) da(s) afirmação(ões) está(ão) correta(s)?

A () I e II.

B () II, apenas.

C () I, II e III.

D () III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÃO 21

Um agente público de determinada Secretaria presta assessoria técnica a determinadas indústrias e as favorece no contexto de sua função, alterando bases de cálculo e orientando preditivamente em relação às auditorias realizadas pelo município. Além disso, utiliza-se do tempo e equipamentos públicos para operar seu negócio, reduzindo sobremaneira seu labor à Administração Pública em detrimento do seu negócio. Em relação ao caso em tela, quais princípios escritos explicitamente na Constituição o agente público fere?

- A () Legalidade, Motivação e Eficiência.
- B () Impessoalidade, Moralidade, Legalidade e Eficiência.
- C () Impessoalidade, Razoabilidade e Moralidade.
- D () Interesse Público, Autotutela e Eficiência

QUESTÃO 22

Na Lei nº 14.133/2021, o gerenciamento de riscos e as linhas de defesa são pilares fundamentais da governança pública, visando assegurar a integridade, a eficiência e a transparência nas contratações. Com relação aos pilares, assinale a alternativa correta:

- A () A depender da complexidade do valor, os regimes de contratação integrada e semi-integrada deverão identificar riscos previstos e presumíveis, indicando se serão assumidos pelo setor público, privado ou compartilhados.
- B () A segregação de funções para o gerenciamento de riscos é tratada como procedimento de controle adotado em distintas fases da atividade pública: técnica, jurídica e administrativa, não se confundindo com o princípio emanado pela Carta Constitucional.
- C () A identificação de eventos supervenientes à contratação não é parte integrante da fase preparatória por não envolver as partes do processo nesta etapa, mas sim, um elemento essencial ao contrato para avaliação das responsabilidades.
- D () A identificação de irregularidades (que configurem dano à Administração) pelas linhas de defesa impõe a adoção das providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, bem como remessa ao Ministério Público competente de cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.

QUESTÃO 23

O Controle Interno, em auditoria realizada no âmbito da Secretaria de Infraestrutura do município, identificou indícios de sobrepreço na contratação emergencial para reconstrução de uma ponte que desabou, situada entre dois bairros. A obra, executada por dispensa de licitação com base em situação emergencial, apresentou valor contratado que poderia ser 15% inferior, considerando parâmetros ajustados de mercado. O relatório destacou que “a competitividade do processo licitatório tende a reduzir os valores contratados e aproximá-los dos preços de mercado, evidenciando o risco de superestimativa na reconstrução da ponte que desabou, realizada por dispensa de licitação”. Considerando o caso, assinale a alternativa correta quanto à atuação do controle interno diante de indícios de sobrepreço em contratação direta por dispensa de licitação:

- A () A referida contratação exige prévia pesquisa de mercado para definição do valor de referência, cabendo ao controle interno verificar a compatibilidade dos preços contratados com os praticados no mercado e, em caso de indícios de sobrepreço, recomendar a apuração de responsabilidades e a adoção de medidas para ressarcimento ao erário, se confirmado o dano.
- B () A dispensa de licitação em situações emergenciais autoriza a contratação com base em estimativas paramétricas simplificadas, dispensando a realização de pesquisa de mercado, uma vez que a urgência na execução do objeto justifica a adoção de preços de referência baseados em obras similares, ainda que superiores aos valores médios de mercado.
- C () O controle interno não possui competência para questionar os valores contratados em dispensa de licitação emergencial, pois o sobrepreço somente pode ser caracterizado após a execução integral da obra, mediante confronto entre os custos realizados e os quantitativos efetivamente medidos, não se aplicando a análise prévia de compatibilidade de preços.
- D () A contratação emergencial por dispensa de licitação, por prescindir de procedimento licitatório, afasta a incidência das normas de controle de preços previstas na Lei nº 14.133/2021, cabendo ao controle interno apenas verificar a regularidade formal do processo e a ocorrência efetiva da situação emergencial.

QUESTÃO 24

Em processo licitatório conduzido por um município para contratação de serviços especiais de engenharia, adotou-se o critério de julgamento de técnica e preço, com previsão editalícia de que as propostas técnicas seriam avaliadas em primeiro lugar, atribuindo-se pontuação máxima de 70% para os aspectos qualitativos. Após a fase de julgamento, o licitante classificado em primeiro lugar teve sua proposta de preço considerada excessiva em relação ao orçamento estimado, razão pela qual a Administração iniciou negociação para obtenção de condições mais vantajosas. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- A () Respeitando a ordem de classificação, é autorizada a negociação para adequação ao orçamento estimado, podendo a Administração, se o primeiro colocado não atender ao preço máximo mesmo após a negociação, convocar os demais licitantes, observada a ordem de classificação.
- B () A negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado é obrigatória em todas as modalidades de licitação, sob pena de violação ao princípio da eficiência, devendo a Administração, em qualquer hipótese, buscar a redução do preço originalmente ofertado.
- C () O critério de técnica e preço, por envolver valoração prévia dos aspectos qualitativos, não admite negociação posterior do preço, pois a pontuação técnica foi atribuída considerando o valor originalmente proposto, sob pena de violação ao julgamento objetivo.
- D () Não é admitida a negociação para procedimento licitatórios de técnica e preço em serviços de engenharia, e, caso ocorra a negociação, cabe ao Controle Interno a comunicação imediata a autoridade administrativa competente que anulará, de imediato, a sua continuidade.

QUESTÃO 25

No exercício de suas atribuições funcionais, um servidor da Secretaria Municipal de Trânsito exigiu uma vantagem ilícita (no valor de quinhentos reais) para liberar um veículo autuado e deixar de aplicar a respectiva multa. Qual a alternativa que representa a esfera de responsabilização/ação do agente público?

- A () Administrativa / Infração Disciplinar: ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade.
- B () Cível / Improbidade Administrativa: utilização do cargo para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função pública.
- C () Penal / Crime Comum: corrupção passiva.
- D () Político-Administrativa / Crime de Responsabilidade: atos que atentam contra a própria Constituição.

QUESTÃO 26

A Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) estabelece limites para os gastos com pessoal dos entes públicos. Qual é a principal atribuição do controle interno caso os limites sejam ultrapassados? Qual o prazo de recondução das despesas de pessoal do Poder e/ou órgão?

- A () Fiscalizar a redução de despesas com cargos em comissão e a exoneração de servidores não estáveis. Prazo de 8 (oito) meses.
- B () Acompanhar a redução aos limites previstos (alerta, prudencial e máximo). Prazo de 4 (quatro) meses.
- C () Verificar o cumprimento das metas de despesa com pessoal estabelecidos no RGF. Prazo de 2 (dois) meses.
- D () Coibir atos que resultem em aumento de despesa com pessoal. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

QUESTÃO 27

A Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) tem como objetivo garantir a transparência na Administração Pública. Qual é o papel do controle interno na promoção da transparência?

- A () Definir quais informações serão consideradas sigilosas.
- B () Gerenciar o conteúdo dos portais da transparência.
- C () Avaliar se os órgãos públicos estão cumprindo as normas de transparência.
- D () Atender diretamente aos pedidos de informação feitos pelos cidadãos.

QUESTÃO 28

Na instauração do processo administrativo disciplinar, há previsão de medidas cautelares a serem adotadas pela administração durante a apuração de irregularidades. Na ocorrência do afastamento preventivo, assinale a alternativa correta:

- A () A autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.
- B () A autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o afastamento do servidor do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, com prejuízo da remuneração em no máximo 50% (cinquenta por cento).
- C () A autoridade instauradora poderá determinar o afastamento do servidor do exercício do cargo, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, com prejuízo integral da remuneração, prorrogável por igual período.
- D () Como medida cautelar e a fim de evitar a prescrição da pretensão punitiva, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o afastamento do servidor do exercício do cargo, pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, com prejuízo integral da remuneração.

QUESTÃO 29

O controle interno de um órgão público identifica o pagamento indevido de auxílio-funeral a um terceiro que custeou o funeral de um servidor aposentado falecido. A irregularidade consistiu no pagamento do benefício em valor equivalente a um mês de remuneração do falecido, sem a devida comprovação das despesas realizadas por meio de nota fiscal em nome do requerente, conforme exige a lei para os casos em que o funeral é custeado por terceiro não integrante da família. Diante dessa constatação, assinale a alternativa que apresenta a conduta que o controle interno deve adotar em relação à recuperação dos valores pagos indevidamente:

- A () Determinar o imediato desconto em folha do valor integral pago a maior, independentemente de notificação ao beneficiário, com fulcro no poder de autotutela da administração para anular atos ilegais.
- B () Recomendar à autoridade administrativa a instauração de procedimento para apuração dos fatos e, constatada a boa-fé objetiva do beneficiário diante da impossibilidade de verificar o erro, opinar pelo não ressarcimento ao erário.
- C () Propor a celebração de acordo administrativo para devolução parcelada do valor em até 60 meses, sem incidência de correção monetária, como forma de viabilizar a recuperação do erário.

- D () Representar imediatamente ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal, considerando que todo pagamento indevido a terceiro configura ato de improbidade administrativa insanável.

QUESTÃO 30

Em relação às Parcerias Público-Privadas, o aporte de recursos para realização de obras e aquisição de bens reversíveis possui tratamento tributário específico. Considerando o disposto na referida lei acerca do valor do aporte de recursos, assinale a alternativa correta:

- A () O valor do aporte de recursos para obras e aquisição de bens reversíveis deve ser integralmente computado na determinação do lucro real no mesmo exercício financeiro do recebimento, por se tratar de receita operacional do parceiro privado.
- B () O valor do aporte de recursos para obras e aquisição de bens reversíveis poderá ser excluído da determinação do lucro líquido para fins de apuração do Imposto de Renda, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.
- C () O valor do aporte de recursos para obras e aquisição de bens reversíveis somente poderá ser excluído da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, incidindo normalmente a CSLL, o PIS/Pasep e a Cofins sobre tais valores.
- D () O valor do aporte de recursos para obras e aquisição de bens reversíveis poderá ser excluído definitivamente da tributação, sem necessidade de posterior recomposição da base de cálculo dos tributos, independentemente da realização dos custos correspondentes.

QUESTÃO 31

Cabe à SPE a obrigação de adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento, além de estabelecer vedações quanto à participação da Administração Pública no capital social. Sobre o regime jurídico da SPE no âmbito das PPPs e o tratamento jurisprudencial conferido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta:

- A () A SPE, por ser constituída especificamente para a execução do objeto da parceria, possui personalidade jurídica autônoma em relação aos seus sócios, e, havendo unidade gerencial, laboral e patrimonial entre empresas do mesmo grupo econômico, é legítima a desconsideração da personalidade jurídica para que os efeitos de obrigações alcancem as demais sociedades do grupo.
- B () É vedada que a Administração Pública detenha qualquer participação no capital social da SPE, ainda que minoritária, sendo a totalidade das ações detida pelo parceiro privado vencedor da licitação.
- C () Na concessão comum, a exigência legal de adoção de contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas aplica-se especificamente às SPEs constituídas sob a forma de companhia aberta, estando as sociedades limitadas dispensadas de tais obrigações por força da simplicidade de seu regime jurídico.
- D () A constituição de SPE é suficiente para blindar o patrimônio dos sócios e da empresa controladora contra qualquer responsabilidade por dívidas trabalhistas ou cíveis decorrentes do empreendimento, em razão do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica.

QUESTÃO 32

Um município identifica que, ao final do segundo bimestre, a projeção da receita indica a impossibilidade de cumprimento da meta de resultado primário fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e o Poder Executivo não adotou as providências obrigatórias. Assinale a alternativa que apresenta a atitude correta que o controle interno deve adotar:

- A () Determinar o imediato contingenciamento de despesas discricionárias e limitação de empenho, com base no princípio da prevenção e na necessidade de proteger o erário público.
- B () Comunicar formalmente à autoridade competente sobre a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, sob pena de responsabilização do gestor.
- C () Motivar a justificativa do descumprimento da meta fiscal, desde que haja ocorrência de fatos supervenientes e imprevisíveis, conforme flexibilização prevista na própria LDO.

- D () Aguardar o encerramento do exercício financeiro para, na prestação de contas anual, apontar a irregularidade e propor as medidas corretivas para o exercício seguinte.

QUESTÃO 33

Sobre os limites e vedações aplicáveis às operações de crédito, inclusive quanto ao refinanciamento da dívida pública previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a alternativa correta:

- A () É vedada a contratação de qualquer operação de crédito nos 120 dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo, incluindo o refinanciamento da dívida mobiliária, por configurar aumento do endividamento público em período eleitoral.
- B () A contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) é permitida no último ano de mandato, desde que autorizada por lei específica e motivação devidamente justificada.
- C () O refinanciamento da dívida mobiliária constitui exceção à vedação de contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao final do mandato, sendo admitido desde que respeitados os limites e condições fixados pelo Senado Federal.
- D () A LRF veda expressamente a inclusão de operações de refinanciamento da dívida pública na LOA, devendo tais operações serem autorizadas exclusivamente por lei específica.

QUESTÃO 34

Um determinado município concedeu incentivo fiscal relativo ao ISS para determinadas empresas, sendo que as beneficiadas tiveram suas alíquotas reduzidas para 1%. Considerando as disposições sobre renúncia de receita, assinale a alternativa correta:

- A () Independente da alíquota, a concessão de incentivo fiscal de ISS é permitida pela LRF desde que o ente federativo comprove que a renúncia de receita foi considerada na estimativa da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais.
- B () A renúncia de receita decorrente de incentivos fiscais de ISS, como a fixação de alíquotas reduzidas, dispensa a estimativa de impacto orçamentário-financeiro quando se tratar de tributo municipal cuja arrecadação seja inferior a 5% da receita corrente líquida.
- C () O município viola a observância dos limites constitucionais, mesmo que cumprisse a exigência da LRF quanto a renúncia de receita, a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e o atendimento às metas de resultados fiscais.
- D () A renúncia de receita proveniente de incentivos fiscais de ISS, por se tratar de tributo municipal, não está sujeita às disposições da LRF, que se aplica exclusivamente aos tributos federais e às contribuições sociais.

QUESTÃO 35

Uma determinada Prefeitura promoveu aumento médio de 80% na base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para o exercício seguinte, sem a devida atualização da Planta Genérica de Valores e sem estudo técnico que justificasse a majoração. A medida foi implementada por decreto executivo, sob o argumento de recomposição das perdas inflacionárias acumuladas, embora o último reajuste legal tivesse ocorrido há menos de 12 meses. Considerando as disposições da LRF e os princípios que regem a atividade tributária, assinale a alternativa correta:

- A () A majoração da base de cálculo do IPTU em percentual superior à inflação só é permitida por meio de lei específica, atualização da Planta Genérica de Valores e estudo técnico, respeitando ainda o princípio da anterioridade nonagesimal e da capacidade contributiva.
- B () O aumento do IPTU por decreto executivo é legítimo nos casos de perdas inflacionárias acumuladas comprovada, desde que haja ciência posterior da Casa Legislativa e sua devida aprovação legal.
- C () A LRF autoriza o aumento de tributos por ato do Executivo quando destinado a recompor perdas da receita corrente líquida, desde que demonstrado o impacto orçamentário-financeiro e respeitado o princípio da anterioridade nonagesimal.

- D () O aumento do IPTU, ainda que sem lastro técnico, não viola a LRF por se tratar de matéria exclusivamente tributária, cabendo possibilidade de revisão individual e/ou anulação do débito por meio de ação judicial.

QUESTÃO 36

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou uma determinada concessão de benefícios fiscais que previa a ampliação da lista de produtos isentos do Imposto de Importação. Durante a instrução do processo, foi suscitada discussão sobre a necessidade de cumprimento dos requisitos do art. 14 da LRF para tais alterações. Considerando o disposto no art. 14, § 5º da LRF e o entendimento aplicável a casos análogos, assinale a alternativa correta:

- A () O § 5º do art. 14 da LRF estabelece que os requisitos para renúncia de receita (estimativa de impacto e medidas de compensação) não se aplicam às alterações de alíquotas do Imposto de Importação, em razão da natureza extrafiscal deste tributo e de sua função regulatória.
- B () A ampliação da lista de produtos isentos do Imposto de Importação, por se tratar de benefício fiscal, está sujeita a todos os requisitos do art. 14 da LRF, incluindo a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a demonstração de medidas compensatórias, com exceção da alteração da base de cálculo.
- C () A LRF autoriza a concessão de qualquer benefício fiscal relativo ao Imposto de Importação sem necessidade de estimativa de impacto, inclusive para alterações que ampliem a lista de produtos isentos, independentemente da existência de contrapartidas.
- D () A exceção prevista aplica-se exclusivamente à alteração de alíquotas do Imposto de Importação, não alcançando a ampliação da lista de produtos isentos, que exige o cumprimento integral dos requisitos do caput do art. 14.

QUESTÃO 37

Sobre a legalidade da abertura de créditos adicionais, assinale a alternativa correta:

- A () A abertura de créditos adicionais suplementares com base em autorização genérica na LOA é prática legítima e está em conformidade com a LRF, pois a lei orçamentária pode autorizar o Executivo a abrir créditos até determinado limite, não se exigindo autorização legislativa específica para cada remanejamento, ainda que os recursos sejam deslocados de políticas finalísticas para despesas de pessoal.
- B () A utilização de créditos adicionais para cobrir despesas de pessoal previstas na LOA revela falhas de planejamento, podendo caracterizar burla ao processo legislativo orçamentário e violação aos princípios do planejamento e da transparência fiscal, sujeitando-se ao controle dos Tribunais de Contas quanto à legitimidade dos remanejamentos.
- C () Os créditos extraordinários, por destinarem-se a situações imprevistas e urgentes, como calamidade pública, podem ser abertos por medida provisória do Chefe do Executivo, sendo desnecessária qualquer autorização legislativa, inclusive quanto à indicação da fonte de recursos, nos termos do art. 167, § 3º da Constituição Federal.
- D () A Lei de Responsabilidade Fiscal veda expressamente a abertura de créditos adicionais que impliquem remanejamento de recursos de programas finalísticos para despesas de pessoal, por comprometer o orçamento, exigindo nesses casos a demonstração de impacto das metas estabelecidas no planejamento.

QUESTÃO 38

O Controle Interno identificou os seguintes fatos na execução de programa financiado com recursos do FUNDEB: pagamento de verbas rescisórias a professores temporários e despesas de publicidade institucional sem comprovação de vinculação ao programa educacional. Considere os fatos e assinale a alternativa correta:

- A () As despesas são regulares, pois verbas rescisórias integram a remuneração dos profissionais da educação e a publicidade institucional constitui despesa de manutenção permitida na parcela dos 30% do FUNDEB.
- B () As despesas configuram desvio de finalidade na aplicação dos recursos do FUNDEB, violando os princípios do planejamento e da transparência fiscal, podendo ensejar a imputação de débito e a rejeição das contas.
- C () O pagamento de verbas rescisórias com recursos do FUNDEB é permitido desde que respeitado o limite de 70% para remuneração, e as despesas de publicidade são irregulares por desvio de finalidade.
- D () As irregularidades são de natureza formal e podem ser sanadas mediante justificativa do gestor, não configurando desvio de finalidade nem violação legal.

QUESTÃO 39

A omissão na alimentação de informações ao órgão central de contabilidade federal referentes a execução de Políticas Públicas enseja ao ente recebedor:

- A () A suspensão imediata das transferências voluntárias e a impossibilidade de celebração de novos convênios, acordos, ajustes ou contratos, por descumprimento dos requisitos de transparência fiscal.
- B () Aplicação de multa diária ao gestor fixada pelo órgão central de contabilidade, sem prejuízo da regularização da situação perante o Sistema Integrado de Administração Financeira.
- C () Notificação para regularização no prazo de 15 dias, prorrogável por igual período, sem qualquer restrição na captação de recursos federais durante esse interstício.
- D () Representação imediata ao Ministério Público para apuração de improbidade administrativa, independentemente da regularização das informações.

QUESTÃO 40

A alternativa que cita procedimentos que garantem grau maior de eficácia dos programas públicos de integridade:

- A () Realização de autodiagnóstico periódico com base em mecanismos de prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento, aliada ao comprometimento da alta administração.
- B () Instituição de código de ética e conduta com previsão de atualização periódica e aplicação por comissão de ética designada para essa finalidade.
- C () Centralização das ações de integridade em unidade administrativa com atribuições definidas em regimento interno e vinculada à gestão de riscos da organização.
- D () Adoção de mecanismos de transparência ativa e passiva, com disponibilização proativa de informações e canais para atendimento a demandas da sociedade.

RASCUNHO DO CARTÃO-RESPOSTA
O preenchimento deste rascunho não é obrigatório.

NÃO DESTAQUE ESTE RASCUNHO!

LÍNGUA PORTUGUESA	01	02	03	04	05
	06	07	08	09	10
MATEMÁTICA	11	12	13	14	15
CONHECIMENTOS GERAIS	16	17	18	19	20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	21	22	23	24	25
	26	27	28	29	30
	31	32	33	34	35
	36	37	38	39	40

Este rascunho não tem valor legal. Transcreva as respostas no Cartão-Resposta Personalizado.